

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.423 - SP (2018/0279341-5)

AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : FERNANDA LUZIA GAYÃO FREIRE E OUTRO(S) -
SP329159
AGRAVADO : SANTOS GONCALVES PORTELINHA
AGRAVADO : MARIA APARECIDA CRUZ DA SILVA
AGRAVADO : MARIA LUCIA BARBOSA
AGRAVADO : MARIA JOSE FRANCISCON
AGRAVADO : MARIA AUGUSTA RAMOS
AGRAVADO : MARIA APARECIDA LOPES DE SOUSA
AGRAVADO : MARIA APARECIDA DE SOUSA LEME
AGRAVADO : MARIA LUIZA SILVA
AGRAVADO : JOSE RENATO DE FREITAS
AGRAVADO : JOSE PEREIRA SOBRINHO
AGRAVADO : JOSE FERNANDES FILHO
AGRAVADO : JOSE DARCY GODOY SALGADO
AGRAVADO : JOSE BLANCHO
AGRAVADO : JERONYMO DA COSTA BARROS
AGRAVADO : VALDETE FLORES OTONI
AGRAVADO : ZILDA DOMINGOS DE SOUZA
AGRAVADO : ZENILDA REHDER OLIVEIRA CELIA
AGRAVADO : VICENTINA DE JESUS SOUZA
AGRAVADO : VERA MARIA BELLUOMINI
AGRAVADO : MARIA ROSA PASCHOALINI CARDOSO
AGRAVADO : SEBASTIAO DO VALE
AGRAVADO : SEBASTIANA ALBINA DE SOUZA
AGRAVADO : MOACIR PFEIFER
AGRAVADO : MESSIAS GONCALVES RIBEIRO
AGRAVADO : MARIO FERREIRA
AGRAVADO : ADEMAR SEBASTIAO VALERIO
AGRAVADO : ANGELA APARECIDA BERNARDI
AGRAVADO : CARMO REIS TERRA
AGRAVADO : CARMELIA ALVES DE MATTOS
AGRAVADO : CARLOS GONCALVES DIAS
AGRAVADO : ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : ANNA MOUTINHO ROCCO
AGRAVADO : DELVIRA NAVES DIAS COSTA
AGRAVADO : AMERICO ALBERTO ALVARENGA
AGRAVADO : ALZIRA MARÇAL FERNANDES
AGRAVADO : ALVARINA GONCALVES NUNES
AGRAVADO : ALCIDES SOLHA
AGRAVADO : ALCEU MAZARINI
AGRAVADO : JEORGINA ELIAS DA SILVA
AGRAVADO : GUILHERMINA DE OLIVEIRA ALONSO
AGRAVADO : JAIME ALEXANDRE DINIZ

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVADO : IRAMILDA FELIX DE ABREU
AGRAVADO : IRAIDES MARIA RODRIGUES
AGRAVADO : IRACEMA SOARES SANTOS
AGRAVADO : DEVAIR ADEMAR LEITE
AGRAVADO : GESSY MARSON MOTA
AGRAVADO : GENY PEREIRA
AGRAVADO : EURICA MESCHIARI CIMADON
AGRAVADO : EUGENIA MARIANO DE OLIVEIRA
AGRAVADO : EDITH MASSON
ADVOGADOS : NELSON GARCIA TITOS - SP072625
DARCY ROSA CORTESE JULIÃO - SP018842

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou admissão a recurso especial interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O recurso especial tem origem em embargos à execução de título judicial que condenou a recorrente ao pagamento de vantagem salarial, sob a forma de abono, aos ora recorridos.

A embargante/recorrente, além de sustentar excesso de execução, alega a nulidade da própria execução, sob o argumento de que os exequentes não teriam apresentado informes oficiais que embasassem seus cálculos sobre o *quantum* exequendo.

A sentença de fls. 203-208 julgou parcialmente procedentes os embargos, apenas para extirpar o excesso de execução.

O Tribunal *a quo* negou provimento às apelações em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO – EMBARGOS À EXECUÇÃO OPOSTOS PELA FAZENDA ESTADUAL – NULIDADE DE EXECUÇÃO POR AUSÊNCIA DE INFORMES OFICIAIS – Pretensão da Fazenda Pública voltada ao reconhecimento de suposta nulidade do processo executivo, em razão da ausência de informes oficiais que permitissem a correta aferição do *quantum debeat* – inadmissibilidade – planilhas apresentadas de forma clara pelo exequente – não se olvide que a Administração Pública detém, enquanto fonte pagadora, os dados oficiais necessários aos cálculos pertinentes – AÇÃO ORDINÁRIA TRANSITADA EM JULGADO – TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL – LEIS nº 9.494/97 E nº 11.960/2009 - Fixação dos juros de mora no título executivo judicial – Coisa julgada – sentença mantida, por fundamento parcialmente diverso. Recursos, oficial, voluntário da Fazenda

Superior Tribunal de Justiça

Pública e dos exequentes, desprovidos (fl. 267).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega ofensa aos artigos 524 e 798, I, do CPC/15. Sustenta, em suma, que diante da ausência de juntada dos informes oficiais, os exequentes não comprovaram *"quais seriam seus vencimentos durante todo o período, sendo, portanto, impossível à executada se defender e impugnar a quantia buscada por meio da ação executiva"*.

Foram apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 291-297).

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base no óbice da Súmula 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo a recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Segundo o acórdão recorrido:

(...) pelo que se depreende do acervo fático-probatório colacionado aos autos, os recursos não comportam acolhimento.

(...)

A questão preliminar aventada pela embargante, apegada na suposta nulidade do processo de execução, não prospera. Isso porque, de um lado, os cálculos apresentados pelos exequentes (e-fls. 76/127) discriminam o número e o valor das parcelas vencidas a serem pagas pela devedora em cumprimento à condenação contida no título exequendo.

Ademais, é notório que os informes oficiais são documentos que contêm a evolução salarial dos servidores públicos, fornecidos diretamente pela própria Administração a que se encontrem vinculados, razão pela qual não há ninguém melhor do que a embargante para obter tais dados, com o fito de apontar, seguramente, se houve excesso no valor a ser executado.

Ressalta-se que a jurisprudência desta Colenda Corte Estadual de Justiça tem entendido não ser necessária a juntada dos informes oficiais para se conferir validade ao procedimento executivo.

(...)

Inexiste, destarte, vício de invalidade que possa macular o título exequendo apresentado contra a Fazenda Estadual, pois, ao revés do quanto alegado, a ausência dos informes oficiais não impede a Administração Estadual de cumprir a obrigação declarada por sentença, tendo em vista ser evidente que tem acesso aos prontuários completos de seus servidores.

Para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame de elementos

fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. 284/STF. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL 12.703/2012. SÚMULA 284/STF. NULIDADE DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMES OFICIAIS. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUIU PELA LIQUIDEZ DO TÍTULO EXECUTIVO COM FULCRO NAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DOS AUTOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A parte recorrente sustenta que o art. 535 do CPC/1973 foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara e precisa, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assevera apenas ter oposto Embargos de Declaração no Tribunal a quo, sem indicar as matérias sobre as quais deveria pronunciar-se a instância ordinária, nem demonstrar a relevância delas para o julgamento do feito. Incidência da Súmula 284/STF.

2. O Recurso Especial, apesar de interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, não indica especificamente o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. O Tribunal de origem afastou a nulidade da execução, com a seguinte fundamentação: "a priori, diga-se que é dispensável a juntada de informes oficiais acompanhando a planilha de cálculos, pois o exequente possui meios para efetuar o cálculo da verba devida" (fl. 127, e-STJ).

4. Logo, para o provimento do Recurso Especial, no tocante à nulidade da execução por falta de elementos capazes de especificar o valor devido, é preciso prévio exame probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1695674/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 19/12/2017)

NULIDADE DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMES OFICIAIS RELATIVOS AOS PAGAMENTOS FEITOS AOS EMBARGADOS. ALEGAÇÃO DE INVIABILIDADE DE CONFERÊNCIA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO. DOCUMENTOS DISPONÍVEIS AO ESTADO, REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE, SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Trata-se de Recurso Especial que combate julgamento de Apelação interposto de sentença proferida em Embargos à Execução, ajuizados pela Fazenda do Estado de São Paulo, pugnando pela nulidade da Execução tendo em vista a ausência de informes oficiais em que pudesse verificar a veracidade da informação trazida.

2. Os julgamentos de primeira e segunda instâncias negaram o pedido da parte recorrente, com base na análise das provas e fatos carreados aos autos, conforme a jurisprudência.

3. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido.

Superior Tribunal de Justiça

4. Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ, que assim estabelece: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1657387/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 24/04/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

